

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

**O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã**

**The U 38 attack on the anchorage and the city of Funchal (1916) in the context of German submarine warfare**

**L'attaque du U 38 contre l'ancrage et la ville de Funchal (1916) dans le contexte de la guerre sous-marine allemande**

**El ataque del U 38 contra el fondeadero y la ciudad de Funchal (1916) en el contexto de la guerra submarina alemana**

Mathias Saecker  
Investigador Independente  
mathias.saecker@gmx.de

**Resumo:** O artigo analisa o ataque do U 38 ao Funchal no contexto da estratégia alemã de estender a guerra submarina a todo o Atlântico. No momento do assalto, em dezembro de 1916, o imperador, como comandante-em-chefe da Armada, e os dirigentes políticos adiaram a guerra irrestrita de submarinos para evitar a entrada na guerra dos EUA ao lado dos Aliados. Os comandantes da Armada, porém, queriam suspender as limitações ao combate submarino para assegurar um bloqueio comercial eficaz contra os Aliados. O estudo de caso analisa como e por quê o capitão do U 38, Max Valentiner, seguiu esta linha aceitando a violação do direito internacional da guerra.

**Palavras-chave:** ataque à Madeira, guerra submarina irrestrita, direito da guerra naval, Marinha Imperial Alemã.

**Abstract:** The article analyses the U 38 attack on Funchal in the context of Germany's strategy to extend the submarine war to the entire Atlantic. At the time of the attack in December 1916, the emperor as commander-in-chief of the navy and the political leaders had postponed the unrestricted submarine war in order to prevent the entry of the USA into the armed conflict on the allied side. The naval command, however, wanted to permit all means of U-boat warfare assuring an effective trade blockade against the Allies. The case study analyses how and why the captain of U 38, Max Valentiner, followed this line, accepting the breach of international law of warfare.

**Keywords:** attack on Madeira, unrestricted submarine warfare, Law of Naval Warfare, German Imperial Navy.

**Résumé:** Cet article analyse l'attaque du U 38 sur Funchal dans le contexte de la stratégie de l'Allemagne visant à étendre la guerre sous-marine à tout l'Atlantique. Lors de l'attaque de décembre 1916, l'empereur, commandant en chef de la marine, et les dirigeants politiques avaient reporté la guerre sous-marine sans restriction afin d'empêcher l'entrée des Etats-Unis dans la guerre aux côtés des alliés. Cependant, le commandement naval voulait suspendre les restrictions au combat pour assurer un blocus commercial efficace contre les alliés. L'étude de cas analyse comment et pourquoi le capitaine du U 38, Max Valentiner, a suivi cette ligne, acceptant la violation du droit international de la guerre.

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

**Mots-clés:** ataque à Madère, guerre sous-marine illimitée, droit de la guerre navale, Marine impériale allemande

**Resumen:** El artículo analiza el ataque del U 38 a Funchal en el contexto de la estrategia alemana de extender la guerra submarina a todo el Atlántico. En el momento del asalto de diciembre de 1916, el emperador como comandante en jefe de la armada y la dirección política habían pospuesto la guerra de submarinos sin restricciones para evitar la entrada de los EE.UU. en la guerra junto con los Aliados. Los comandantes de la Armada, por otra parte, querían suspender las limitaciones de combate para asegurar un bloqueo comercial efectivo contra los Aliados. El estudio de caso analiza cómo y por qué el capitán del U 38, Max Valentiner, siguió esta línea, aceptando la violación del derecho internacional de la guerra.

**Palabras clave:** ataque contra Madeira, guerra submarina irrestricta, derecho de la guerra naval, Marina Imperial alemana.

## Introdução

Na manhã do dia 3 de dezembro de 1916, um domingo, o submarino alemão S.M. U 38 invade, sob o comando do *Kapitänleutnant* (primeiro-tenente) Max Valentiner, o ancoradouro do Funchal na ilha da Madeira e afunda, além da canhoneira *Surprise* e do porta-submarinos *Kanguroo* franceses, o lança-cabos britânico *Dacia* e uma barcaça de abastecimento portuguesa<sup>1</sup>.



**Foto 1** - A canhoneira *Surprise* a afundar na baía do Funchal. 1916-12-03. – Fonte: Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira [adiante ABM], nº do inventário PER/1.500.

<sup>1</sup> Ver Apêndice para mais informações sobre S.M. U 38, *Dacia*, *Kanguroo* e *Surprise*.

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2



Foto 2 - O barco a vapor *Kangaroo* submerso na baía do Funchal. 1916-12-03. -Fonte: ABM, nº do inventário PER/1.501.



Foto 3 - O barco a vapor *Dacia* depois da explosão na baía do Funchal. 1916-12-03 – Fonte: ABM, nº do inventário: VIC/1.502.

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

No ataque surpresa morrem 33 tripulantes estrangeiros e oito trabalhadores portugueses da empresa inglesa *Blandy*, radicada na Madeira<sup>2</sup>. As baterias de artilharia da Quinta da Vigia e do Forte de São Tiago abrem fogo, não conseguindo, porém, acertar no U 38 que, entretanto, se afastara do porto, vindo à superfície da água fora do alcance do fogo português<sup>3</sup>. O submarino alemão, por sua vez, riposta com a sua peça de convés, causando somente danos materiais em terra.

A indagação do raid, no seu contexto histórico, permite, ao contrário da suposta banalidade no plano dos meros factos, elucidar questões de natureza mais geral referentes à estratégia alemã da guerra naval. A análise é antecedida por uma apresentação crítica das fontes a fim de revelar interesses e intenções dos respetivos autores. O estudo de caso prossegue três objetivos principais. O primeiro procura explicar as interdependências entre a atuação concreta do *Kapitänleutnant* Valentiner na missão contra a Madeira e os determinantes militar, político e social na Era Guilhermina<sup>4</sup>. Salienta-se as controvérsias dos anos de 1915 e 1916 acerca da aplicação da Lei das Presas na perspetiva dos comandantes de submarinos e dos outros intervenientes. Segundo, são reconstituídos os diversos motivos de Valentiner ligados à missão. Trata-se, além de fenómenos político-ideológicos, de aspetos pertencentes à concorrência social no corpo de oficiais navais e às capacidades técnicas dos submarinos. Segue-se uma avaliação jurídica do ataque à Madeira à luz do direito internacional da guerra naval. As considerações finais ampliam a perspetiva aos efeitos da derrota alemã na Grande Guerra em relação às mentalidades de grandes segmentos da burguesia, em especial do corpo de oficiais. A abordagem destes fenómenos parte da biografia do *Kapitänleutnant* Valentiner como caso paradigmático da classe militar. Quanto às missões submarinas, destaca-se o tratamento judiciário dos crimes de guerra na jovem República de Weimar.

---

<sup>2</sup> A Blandy Brothers Ltd. iniciou a sua atividade comercial na Madeira em 1811 no negócio dos vinhos, expandindo-a, nas décadas seguintes, ao sector marítimo, englobando a partir de 1855 o abastecimento de carvão, indispensável para a navegação a vapor (Vieira 2016).

<sup>3</sup> Esta situação devia-se às insuficiências do armamento obsoleto instalado nos fortes funchalenses. Rodrigues (2014: 73–76) aborda os pormenores técnicos da questão com referência às fontes no Arquivo Histórico Militar.

<sup>4</sup> Designação para o reinado do imperador Guilherme II (1888–1918), caracterizado por um crescente militarismo e um nacionalismo agressivo abrangendo todas as esferas da sociedade alemã.

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

### **Crítica das fontes históricas**

Além do recurso a publicações de diversos historiadores, a análise baseia-se essencialmente em fontes relevantes que podem ser categorizadas em três grupos principais.

Em primeiro lugar, trata-se de textos redigidos pelo próprio *Kapitänleutnant* Valentiner, nomeadamente as memórias. A versão mais curta, com nem sequer metade do tamanho das edições posteriores, remonta já a 1917, portanto cronologicamente muito próxima do ataque. A sua publicação foi submetida à censura prévia, tendo sido instauradas diversas instâncias militares de controlo de livros logo no início da guerra. As respetivas diretivas estabelecidas no Livro de Censura, editado pela Alta Comissão de Censura do Serviço de Publicações em Tempo de Guerra, estipularam uma postura positiva em relação à apresentação da guerra submarina (*Oberzensurstelle*, 1917: 76). O objetivo consistia primordialmente na conservação do entusiasmo da população pela guerra. Para este fim, a propaganda alemã tinha criado um culto heroico em torno dos capitães dos submarinos. Sentindo-se em plena conformidade com a retórica bélica da época, Valentiner não entende as suas memórias como reflexão biográfica, mas sim como contributo para a propaganda da causa alemã.

As edições posteriores, oriundas da fase do crescimento acelerado do partido nazi (Valentiner, 1931) e do segundo ano da ditadura fascista (Valentiner, 1934), são mais detalhadas do que o texto de 1917, mas considerando o lapso de tempo entre os acontecimentos apresentados e a altura da publicação, a exaustividade não aumenta a fidedignidade. A instrumentalização pela propaganda militarista predomina. Com a ascensão do nazismo, intensificou-se, com referência à chamada vergonha de Versalhes, a agitação nacionalista e a luta contra a imposição de restrições severas à dimensão e ao carácter das forças armadas da Alemanha. Neste ambiente, a literatura de guerra serve como ferramenta de militarização. As tiragens elevadas deste género literário confirmam um interesse óbvio de partes consideráveis do público leitor, expressão de uma atmosfera belicista largamente disseminada. Sendo assim, as memórias de Valentiner inserem-se paradigmaticamente na mentalidade da época. Em termos de estilo, assemelham-se a romances de aventuras, portanto textos ficcionais cuja ação segue o padrão de heroicidade; ao comandante cabe o papel de herói, enquanto o da

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

comitiva fiel e obediente cabe à tripulação. Esta constelação social reflete, evidentemente, a hierarquia militar, mas ao mesmo tempo já faz alusão implícita ao *Führerprinzip*, tipo de estrutura organizacional do poder político na era nazi.

Querendo atrair um público jovem, Valentiner apresenta as missões do U 38 como viagens de aventura num navio corsário. Várias vezes menciona o motivo de pirata e refere-se ao mito dos Vikings, até no título da edição de 1934. Esta referência anacrónica omite propositadamente a tecnicização da guerra naval que determinou por completo a vida das tripulações a bordo. Desta maneira, a romantização do apresamento e do afundamento de embarcações de comércio oculta as atrocidades reais da guerra.

Finalmente, os textos da época pós-guerra revelam um carácter apologético. Valentiner (1934: 122) justifica a sua violação do direito internacional da guerra naval pelo facto de o processo por crimes de guerra no Tribunal Supremo (*Reichsgericht*) ser encerrado com a sua absolvição, mas encobre as circunstâncias juridicamente questionáveis em que a sentença foi proferida, para não falar das implicações morais da sua atuação<sup>5</sup>. Deste modo, as intenções de Valentiner levam a possíveis distorções, tornando imprescindível uma leitura crítica de fontes suplementares.

Neste âmbito, devem ser tidos em consideração, sobretudo, o diário de bordo e o de guerra do U 38, mantidos pelo comandante, que fazem parte da comunicação intramilitar. O primeiro contém anotações de natureza meramente náutica, permitindo a reconstituição minuciosa das posições do submarino na altura do ataque<sup>6</sup>. O centro do diário de guerra é constituído por uma tabela cronológica em três colunas (data e hora – localização e condições meteorológicas – incidentes), sendo a da direita a mais larga com indicações pormenorizadas acerca das ações de combate como a ocorrida no porto do Funchal. A verificação dupla destas informações ainda pode ser efetuada através de impressos que registam separadamente cada afundamento para o arquivo do almirantado (Kudryashov; Uhl, 2015 sq.). Os apêndices do diário incluem uma lista das embarcações afundadas e uma dos capitães presos. Nos anexos B e C, encontra-se uma análise extensa de todos os aspetos técnico-militares das missões no período de referência. O valor extraordinário desta reside no facto de dar uma imagem autêntica

---

<sup>5</sup> Cf. a avaliação jurídica do processo em HANKEL (2003: 430–442).

<sup>6</sup> Bundesarchiv [adiante BArch], RM 97/780.

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

dos interesses relacionados com a missão, livre de intencionalidade ideológica. Assim, o conjunto dos relatórios serve como instrumento útil de análise das memórias de Valentiner.

Um segundo grupo de fontes engloba as ordens e instruções do almirantado para a guerra submarina, emitidas em nome do imperador<sup>7</sup>. Estas proporcionam uma avaliação da observância das regras militares por parte de Valentiner. Neste âmbito cabem também os relatórios das reuniões dos dirigentes políticos e militares, responsáveis pelas decisões sobre o prosseguimento da guerra<sup>8</sup>.

As memórias destes decisores, em especial as do chanceler (Bethmann Hollweg, 1921) e dos chefes da Direção da Marinha (Tirpitz, 1926), do Almirantado (Bachmann<sup>9</sup>) e do Gabinete da Marinha (Görlitz; Müller, 1959), permitem reconstruir as linhas de conflito acerca da guerra irrestrita dos submarinos. Especial significado para a perspetiva oficial da Marinha Imperial tem a obra *Der Krieg zur See* (A guerra naval), elaborada na época nazi em nome do Arquivo da Marinha em Berlim. Um elemento do Almirantado e um alto funcionário da Direção da Marinha coordenaram a documentação da guerra comercial dos submarinos (Assmann; Spindler, 1934).

### **A guerra submarina no quadro político-militar alemão**

O ataque do U 38 ao ancoradouro e à franja costeira do Funchal é parte integral da guerra submarina alemã, cujo decurso se explica pelas estruturas específicas de governação política e militar da era guilhermina. O próprio Valentiner (1931: 40) não parece estar consciente da vertente política da sua missão: “Eu era oficial. Nós sabíamos pouco da política. Ignorámo-la, até deveríamos ignorá-la”<sup>10</sup>. Assim reflete a imagem de um corpo apolítico de oficiais que se vê somente obrigado à tríade “deus – imperador – pátria”, quando, na realidade, a esmagadora maioria dos oficiais encontrava-se em sintonia ideológica com as camadas conservadoras do espectro político na Alemanha imperial. Valentiner assume irrefletidamente as ideias da cúpula militar que justificava a guerra comercial irrestrita de submarinos como retaliação contra o bloqueio à distância

---

<sup>7</sup> BArch, RM8/676.

<sup>8</sup> BArch, RM8/545.

<sup>9</sup> BArch, RM 8/1272.

<sup>10</sup> Todas as citações em alemão são traduzidas para português pelo autor.

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

da armada britânica no Mar do Norte, atuação que, segundo a propaganda alemã, era exclusivamente responsável pela penúria alimentar cada vez mais grave na Alemanha<sup>11</sup>. Desta avaliação resultava o objetivo de bloquear todas as vias marítimas no sentido de causar danos persistentes ao fornecimento da Grã-Bretanha. Uma componente desta estratégia consistia em estender a chamada guerra comercial ao Atlântico Central-Este. Além disso, a missão de Valentiner, como a simultânea dos U 47 e U 52, não ficou por aí, levando a guerra a zonas ainda pacíficas para intimidar o inimigo, mostrando uma ubiquidade militar<sup>12</sup>.

Originalmente, a Alemanha não era uma potência marítima importante. O enfoque na expansão reforçada da armada remonta ao início da Era Guilhermina; o conceito do *Neuer Kurs* (novo rumo) sinalizou uma viragem da política externa do Império Alemão para a *Weltpolitik* (política global), cuja implementação prática precisava da *Risikoflotte* (marinha de risco), o que no imediato agudizou as rivalidades navais com a Grã-Bretanha que julgava a sua supremacia marítima posta em causa. As armadas das respetivas nações serviam na prática política como instrumentos para defender os interesses imperialistas.

No ano de 1899, Guilherme II, como fervoroso defensor do navalismo, açambarcou o comando supremo da marinha de guerra. Para este efeito, dissolveu o antigo Alto Comando da Marinha, substituindo-o por quatro maiores entidades subordinadas, a Direção Geral, o Gabinete e a Inspeção da Marinha bem como o Almirantado, uma secção que restava do anterior Alto Comando. Devido à indecisão e à hesitação de Guilherme II, esta fragmentação deliberada, junto com a sobreposição parcial de competências das novas instituições, levou a uma falta de coordenação estratégica e a uma concorrência dos respetivos funcionários em relação à influência sobre o imperador.

Na fase pré-guerra, o Almirante Alfred von Tirpitz, poderoso chefe da Direção-Geral da Marinha, forçou, em plena conformidade com o imperador, a construção de couraçados no contexto da corrida armamentista com o Reino Unido, visando impedir

---

<sup>11</sup> Na realidade, a penúria alimentar foi causada por um conjunto complexo de fatores. Cf. Asmuss (2011).

<sup>12</sup> Ver capa do jornal “República” (1916) que já reconhece este objetivo.

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

que recursos orçamentais significativos fossem consumidos pelo subsector de submarinos. Considerou a nova arma uma “brincadeira cara” (Valentiner, 1931: 29) cuja operacionalidade ainda estava, por razões técnicas, apenas limitada. Atrás desta depreciação esconde-se também uma mentalidade retrógrada da cúpula da marinha encarando inovações técnicas como uma perda de tradições e consequentemente como ameaça à existente hierarquia social na armada.

Tirpitz começou a mudar de opinião já no fim de 1914 perante os primeiros sucessos inesperados dos submarinos<sup>13</sup>. Em Maio / Junho de 1916, a batalha da Jutlândia revelou definitivamente que a armada inglesa não podia ser vencida com couraçados. Por isso, o Almirantado e o chefe da frota do alto mar começaram também a apostar nos submarinos como meios eficazes de combate; mesmo que estes não conseguissem vencer a armada inglesa, ao menos contribuía para enfraquecer o inimigo, perturbando ou até paralisando o abastecimento da Inglaterra numa guerra comercial. Mas nos meados de 1916, isto revelou-se uma ilusão da parte da cúpula militar da marinha. Já no verão de 1914, o alargamento do sector submarino denotara um atraso inultrapassável em relação ao que se verificava na Inglaterra<sup>14</sup>.

Igualmente, a ideia de que a guerra pudesse ser ganha seguramente dentro de seis meses, antes que uma eventual entrada dos Estados Unidos no conflito pudesse causar efeitos negativos, tinha um carácter ilusório. Retrospectivamente, Valentiner (1934: 66) queixa-se: “O que teria acontecido se a guerra submarina [...] tivesse começado logo no início da guerra? Não exagero: os nossos submarinos poderiam ter afundado, nos primeiros dias, mais de um milhão de toneladas cada dia.” – um número certamente fabuloso.

O comandante-em-chefe do exército, general Erich von Falkenhayn, estava em consonância com a avaliação irrealista das relações de poder, pois esperava um alívio para as forças terrestres pela intervenção dos submarinos. Em 1916, a situação militar dos exércitos das Potências Centrais ficou longe de estar favorável. A guerra de trincheiras nas frentes de Verdun e do Rio Somme era extremamente sangrenta sem

---

<sup>13</sup> No dia 22 de setembro, o U 9, comandado por Otto Weddigen, afundou três cruzadores blindados britânicos (*Aboukir, Cressy e Hogue*).

<sup>14</sup> Em agosto de 1914, o Reino Unido tinha 75 submarinos, enquanto a Alemanha só possuía 30. Ver Abbatiello (2016).

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

qualquer mais-valia de caráter militar. Por isso, Falkenhayn foi destituído e um novo Alto Comando, já o terceiro, foi instaurado a 29 de agosto de 1916. O marechal de campo Paul von Hindenburg e o general Erich Ludendorff hesitaram em consentir no início rápido da guerra irrestrita dos submarinos, porque ficaram cautelosos quanto à evolução da situação militar nas frentes orientais.

Nomeadamente, o chanceler alemão Theobald von Bethmann Hollweg foi um firme defensor de uma guerra submarina estritamente limitada pela Lei das Presas. Esta linha política ficou acordada pelo chefe do Gabinete da Marinha, Georg Alexander von Müller, que conseguia influenciar a tomada de decisões do imperador Guilherme II. Porém, a rejeição da guerra submarina irrestrita não era uma oposição fundamental à luz das normas do direito internacional da guerra naval, mas era regida pelas oportunidades político-militares naquela altura. A questão foi politicamente sensível, porque em 1915 e 1916 numerosos cidadãos americanos morreram na sequência do afundamento de vários navios, destacando-se o do *Ancona* por Valentiner e, mais controverso até, o do *Lusitania*. Por isso, os Estados Unidos vinham, repetidamente, ameaçando entrar na guerra ao lado dos Aliados. Além disso, consideravam a criação unilateral de zonas de guerra como violação do princípio do *mare liberum*. Nestas circunstâncias, o imperador decretou que os submarinos apenas atacassem depois de um aviso prévio e em estreita observância da Lei das Presas<sup>15</sup>. Já dois meses mais tarde, a 1 de fevereiro de 1917, o imperador ordenou a guerra de submarinos irrestrita, pondo fim às reviravoltas bianuais no posicionamento estratégico.

Nesta constelação política global, determinada pelas intenções das potências coloniais de alargar as respetivas zonas de influência, a Madeira tinha uma enorme relevância geoestratégica. Graças à sua localização na importante rota marítima ao largo da costa da África Ocidental, o porto do Funchal servia como ponto de abastecimento.

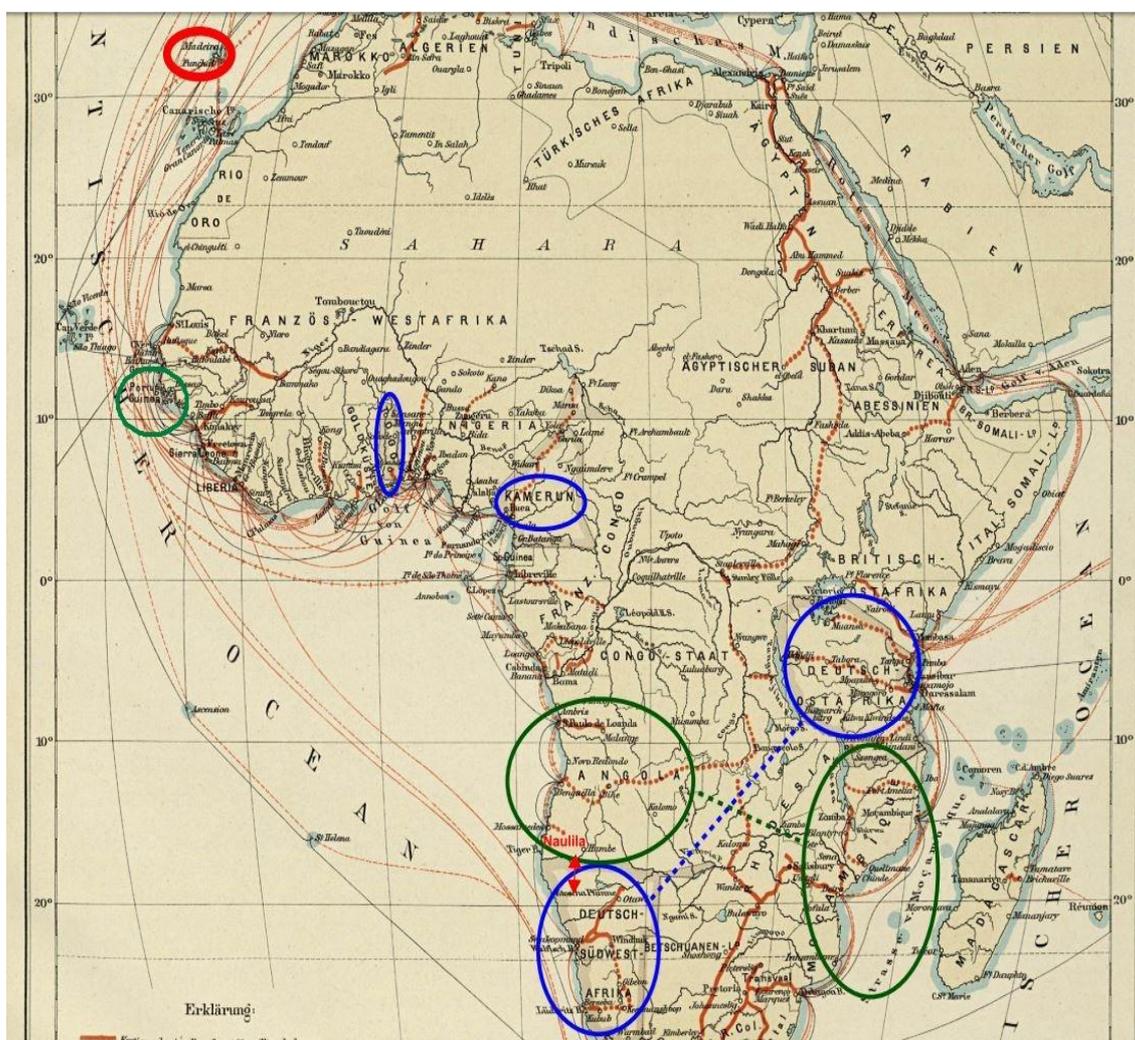
---

<sup>15</sup> A ordem no 31656 [10.10. 1916] (BArch RM8/676, fl. 42, p.1) determina que embarcações de comércio – mesmo que sejam armadas e ripostem o tiro de enfiada com fogo de artilharia – só podem ser afundadas com torpedo depois da salvação da tripulação. A ordem no 32264 [17.10.1916] (ibid., fl. 42) reduz esta proteção a navios de passageiros. A 24 de outubro segue mais uma exceção; navios-tanque inequivocamente armados podem ser torpedeados sem aviso prévio (ibid., no 32615, fl. 44). A ordem no 34246 [07.11.1916] (ibid., fl. 49, p.1, parágrafo I,4) traz outra agudização: É permitido afundar navios mercantes armados sem aviso prévio. O telex de 27 de novembro e a ordem no 37243 de 2 de dezembro (ibid., fls. 50 sq.) revogam os agravamentos. É preciso avisar embarcações de comércio antes de as afundar, exceto quando elas iniciem o ataque ou se encontrem numa zona de guerra muito limitada.

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

A existência de dois fornecedores de carvão, a *Blandy* inglesa e uma sucursal da *Deutsches Kohlen-Depot GmbH* hamburguense, garantia a disponibilidade do combustível fóssil, indispensável na era de navegação a vapor.

Inicialmente, não só embarcações comerciais e de turismo, mas também vasos de guerra, entre eles navios-escola de várias nações, tinham feito escala na Madeira, como consta dos relatórios regulares dos capitães alemães para a Direção-Geral da Marinha e do cônsul honorário da Alemanha no Funchal, Emil Gesche, para a Embaixada Imperial em Lisboa.



**Mapa 1** – Eisenbahn- und Verkehrskarte von Afrika. [Cores: vermelho = Madeira, verde = colônias portuguesas, azul = colônias alemãs] - Fonte: Wirtschafts-Atlas der deutschen Kolonien (1906), p. 13, [consulta 25.08.2018]. Disponível em: <https://bit.ly/2DBlejT>, propriedade da Staats- und Universitätsbibliothek Göttingen, cota 2 H GERM II, 2298/ic.

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

Esta “coexistência pacífica” começou a sofrer reveses devido às crescentes tensões a nível internacional. A marinha de guerra alemã começou a marcar cada vez mais presença no Atlântico ao longo da costa oeste da África onde havia um vivo interesse de expandir o território colonial já existente<sup>16</sup>. Por conseguinte, os conflitos na fronteira comum entre o Sudoeste Africano Alemão e Angola agravaram-se, considerando que tanto a Alemanha como Portugal perseguiram objetivos expansionistas<sup>17</sup>.

A deterioração da situação política repercutiu-se no arquipélago da Madeira. Com a eclosão da guerra em 1914, a justaposição pacífica entre interesses ingleses e alemães na ilha tornou-se obsoleta. A título de exemplo, o embaixador alemão em Lisboa, F. Rosen, protesta numa nota formal de 10 de maio de 1915 “[...] contra o facto do Governo da República permitir que a Madeira seja utilizada como ponto de apoio pela marinha britânica.” (MNE, 1995: 238). Outra fonte dos conflitos foi a questão do controlo sobre a comunicação telegráfica efetuada pelo importante nó dos cabos de telegrafia transatlânticos no Funchal. Naquela altura, a nova tecnologia de TSF, encontrando-se ainda em fase incipiente, não representava um complemento estável às redes de cabo. Porém, a concorrência entre a Marconi’s Wireless Telegraph Company, Ltd. inglesa e a Telefunken<sup>18</sup> alemã – as duas companhias principais no sector - já se fazia notar. Na nota referida supra, Rosen manifesta o descontentamento do governo alemão de que na Madeira “[...] tivesse sido instalada uma estação de telegrafia sem fios [inglesa, *autor*].” (MNE, 1995: 238). Mas foi só no segundo ataque ao Funchal, em 1917, que esta rivalidade se converteu num ato de guerra<sup>19</sup>.

A situação política piorou definitivamente por motivo da apreensão de navios de pavilhão alemão em portos portugueses – entre eles madeirenses - em fevereiro de

---

<sup>16</sup> O testemunho mais notável é o Tratado [anglo-germânico, *autor*] sobre as colónias e Heligolândia de 1 de Julho de 1890 que cedeu a chamada Faixa de Caprivi ao Império Alemão, expressando as ambições alemãs de criar um eixo este-oeste na África subsaariana.

<sup>17</sup> Os conflitos culminaram no combate de Naulila, a 18 de dezembro de 1914, influenciando a opinião pública portuguesa no sentido de um clima germanofóbico.

<sup>18</sup> Fundada em 1903 como departamento de pesquisa e desenvolvimento conjunto dos fabricantes AEG e Siemens & Halske a fim de criar um sistema de TSF harmonizado. Cf. Friedewald (2001).

<sup>19</sup> O alvo do ataque do U 156, um cruzador submarino comandado por Konrad Gansser, foi a estação secreta de TSF. Falhando o alvo, a granada atingiu a igreja vizinha de Santa Clara.

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

1916, medida que levou à declaração de guerra da Alemanha a Portugal que entrou no conflito ao lado dos Aliados.

### A missão do U 38 na perspectiva do Kapitänleutnant Valentiner

A missão madeirense do *Kapitänleutnant* Valentiner insere-se nesta constelação político-militar complexa. Desde novembro de 1915, o U 38 ficou integrado na flotilha de submarinos alemã em Pola<sup>20</sup>, no Mar Adriático, ancorando na baía de Cátaro e operando no Mediterrâneo sob bandeira austríaca. Assim, o motivo para uma viagem tão extensa ao Atlântico Centro-Este parece, à primeira vista, surpreendente.



**Mapa 2** - Die Österreichisch-Ungarische Monarchie und die Schweiz, Staatenkarte. Fonte: D. H. Lange (ed.), *Volksschul-Atlas*, Braunschweig, Westermann, <sup>300</sup>1899, [consulta em 30.08.2018]. Disponível em: <https://bit.ly/2LDp6jU> (inserções coloridas do autor, vermelho = Pola, azul = Cátaro, recorte ampliado do mapa).

Segundo as memórias, a ideia para a tarefa surgiu em Março de 1916. Durante as suas férias na Alemanha, Valentiner tinha-se apresentado livremente ao Almirantado em Berlim. “Depois [i.e. no fim da conversa, *autor*] perguntaram-me se tinha vontade de

<sup>20</sup> Comandante: *Kapitänleutnant* Waldemar Kophamel.

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

navegar para a Madeira a fim de controlar o que se passava no porto do Funchal. Ouviase que lá permaneciam de vez em quando vasos de guerra ingleses.” (Valentiner, 1931: 135 sq.).

Na sua versão, os seus superiores propuseram-lhe acidentalmente a monitorização do porto do Funchal. A aceitação espontânea desta alegada sugestão explica-se possivelmente pelo facto de que uma viagem tão extensa lhe proporcionava uma excelente oportunidade para afundar embarcações inimigas, tendo em conta que Valentiner estava numa competição permanente com os outros comandantes de submarinos para ver quem afundava a maior tonelagem de navios: “Enquanto navegávamos no Mar Negro, outros submarinos tinham afundado mais tonelagem do que nós. Isto tinha que ser compensado o mais rápido possível. Acerca desta questão falámos com uma só voz.” (Valentiner, 1917: 78). Daí torna-se compreensível a deceção de Valentiner (1931: 151 sq.) por encontrar na Madeira “somente” três navios inimigos a afundar. A chamada ideologia de tonelagem, generalizada entre os capitães dos submarinos, baseava-se no consenso de que a tonelagem afundada proporcionava o critério decisivo para o *ranking* dos comandantes, sendo este um indicador para as promoções na carreira militar. Além disso, a competição servia como meio de fortalecimento da coesão da tripulação. Este espírito de comunidade dos tripulantes, transformando-se em relações interpessoais estáveis, era, face aos perigos incalculáveis nas missões marítimas, condição indispensável para a sobrevivência no mar.

Regressado à baía de Cátaro, Valentiner informa os seus subordinados sobre a missão a desempenhar e descreve a reação: “Alegrámo-nos [...] com o desvio à Madeira. Mais uma vez qualquer coisa de novo! Podíamos acionar de forma discricionária, pois isto é a preferência de cada comandante disposto a assumir responsabilidades.” (Valentiner, 1917: 79). Num sistema de obediência hierárquica, tanta liberdade de ação parece ser uma sobrestimação do próprio papel por parte de Valentiner que não tem fundamento na realidade do quotidiano militar. Mas outras fontes, como os relatos no diário pessoal do almirante Gustav Bachmann, chefe do almirantado até ao dia 3 de setembro de 1915, comprovam a autonomia dos comandantes de submarinos destacados longe das bases nacionais. Bachmann escreve que “[...] a influência do chefe do almirantado em relação à distribuição de ordens foi

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

sensivelmente diferente. Oscilou entre as ordens plenamente respeitadas e a ampla autonomia de comandantes distantes que somente possuíam a capacidade de tomar as decisões cruciais no local e de executá-las.” (Hubatsch, 1958: 173).

Sendo um desses comandantes distantes, Valentiner provavelmente dispunha de um vasto espaço de manobra. Além disso, as posições conflituosas sobre a guerra submarina entre políticos e militares, entre marinha e exército e entre as diversas entidades da própria marinha contribuíam para conceder espaços livres nas missões concretas, visto que as divergências acabavam numa frequente alteração das ordens causando às vezes imprecisões ou até contradições.

A ordem para a missão madeirense do U 38 é um caso paradigmático desta falta de clareza. A primeira redação de 7 de novembro de 1916 expressamente “[...] deixa um ataque surpresa aos navios comerciais inimigos no ancoradouro do Funchal à escolha do U 38”, opção realizada por Valentiner. Porém, na revisão do documento, o comandante-em-chefe dos submarinos integrados na frota do alto mar suprime esta parte, substituindo-a pela frase: “O U 38 conduz guerra comercial nas águas da Madeira e recebeu uma ordem particular.”<sup>21</sup>. Esta redação mais vaga renuncia à menção de um alvo concreto, orientando-se pro forma nos regulamentos da Lei das Presas, embora deixando na realidade uma margem de manobra mais ampla ao comandante.

O conteúdo da ordem suplementar pode ser reconstruído do relatório final de Valentiner no diário de guerra, classificado como muito secreto. Na introdução e no anexo B (Aspeto militar), Valentiner aborda o ataque ao Funchal muito sucintamente<sup>22</sup>. Em contrapartida, o capítulo sobre as experiências de TSF é o mais longo e compreende cerca de um terço do relatório anexado<sup>23</sup>. Obviamente, esta nova tecnologia de comunicação estava no centro de interesse do Comando Naval. Porém, a hipótese contemporânea<sup>24</sup> de que o bombardeio do Funchal fosse uma ação destinada à destruição de infraestruturas inimigas, especialmente da estação de cabos, não tem fundamento nas fontes. Valentiner (1934: 168) descreve o bombardeamento sobre as

---

<sup>21</sup> BArch RM 8/676, fl. 49.

<sup>22</sup> BArch RM 97/784, fls. 108 sqq.

<sup>23</sup> Ibid., fls. 120 sq.

<sup>24</sup> In *Deutsche Kriegszeitung* (1916) com referência a uma fonte anónima de Lisboa. Cf. Rodrigues (2014: 75) e Castro Brandão (2015: 38 sq.).

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

baterias terrestres como reação ao fogo destes. “O submarino é alvo de fogo de artilharia do forte perto da estação de sinalização e do ‘Old Fort’ [i.e. o Forte de São Tiago, *autor*] no centro da cidade. [...] emerso a 80 hectómetros [= 8 km, *autor*] da costa, aberto fogo sobre o forte perto da estação de sinalização. [...] Tomadas debaixo de fogo uma grande fábrica, a barcaça de abastecimento e outras instalações portuárias.”<sup>25</sup>.

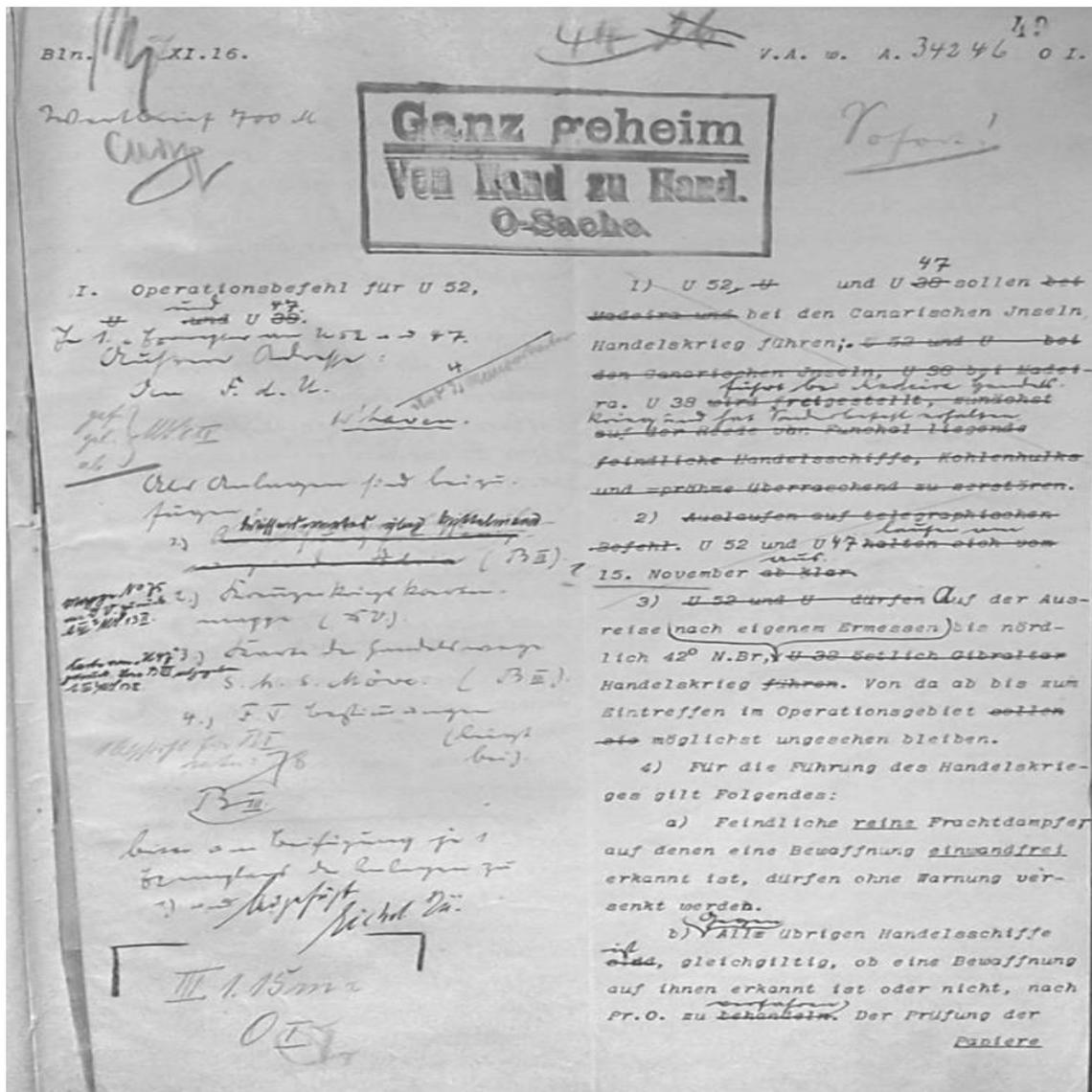


Foto 4 – Ordem para o U 38 (07.11.1916). Fonte: BArch RM 8/676, fl. 49.

<sup>25</sup> BArch RM 97/784, fls. 114 sq.

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

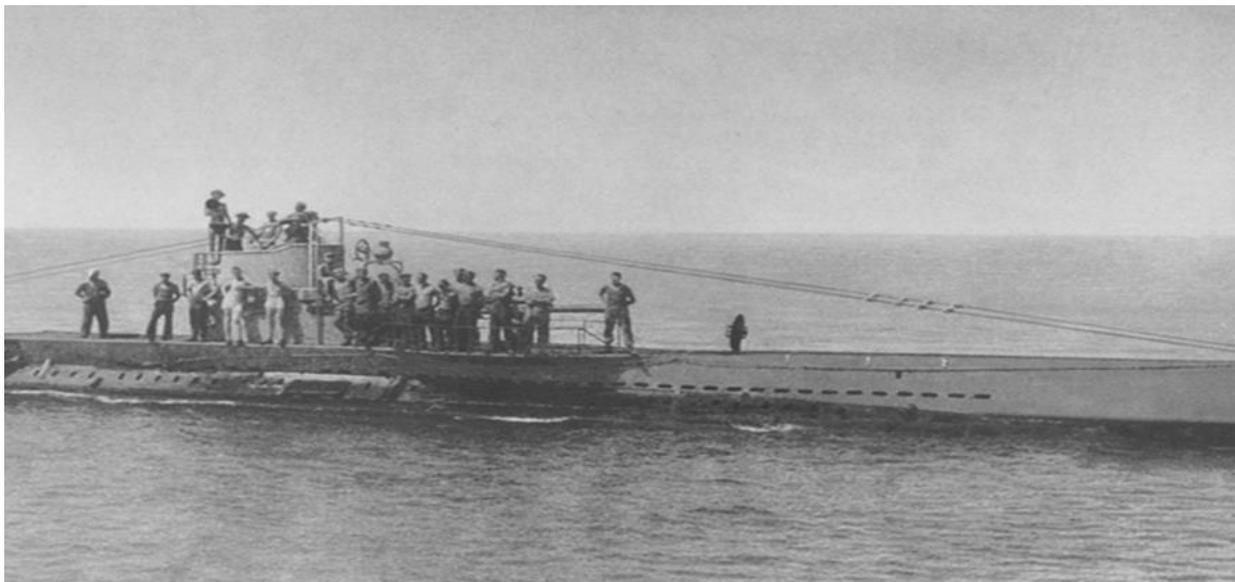
Quanto à atuação do comandante, pode-se concluir que autonomia não significava ausência de ordens, mas apenas existência de uma considerável liberdade de ação de modo a que Valentiner possa executar as ordens à sua maneira. O facto de Valentiner ser condecorado pelo seu ataque com a ordem *Pour le Mérite* prova que o procedimento concreto dele estava em sintonia com o objetivo do Almirantado de expandir a guerra comercial às zonas mais remotas como a Madeira para cortar, ao máximo possível, mesmo admitindo infrações de direito internacional, o abastecimento aos aliados, sobretudo à Inglaterra.

Além dos motivos estratégicos e políticos, os aspetos técnico-militares da guerra submarina têm um papel importante no contexto da missão madeirense. A maneira de pensar e de agir de Valentiner é determinada, antes de tudo, por considerações deste género. Assim, ele entende a viagem de cerca de 1900 milhas náuticas do Mar Adriático ao Atlântico Centro-Este, em primeiro lugar, como desafio para a nova classe de submarinos U 31 – U 41 à qual pertence o U 38.



**Mapa 3** - Flemmings Kriegs-Weltkarte [recorte ampliado; itinerário inserido pelo autor]. - Fonte: Flemmings Kriegskarte Nr. 37 (1917), p. 3, [consulta 30.08.2018]. Disponível em: <https://bit.ly/2PHMsBD>.

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2



**Foto 5:** S.M. U 38. - Fonte: Valentiner, 1934: 213 [Fotógrafo Segundo-tenente Wendlandt].

O alcance efetivo do submarino exigia uma verificação, porque o raio de ação especificado na documentação técnica da construtora *Germaniawerft Kiel*<sup>26</sup> não considerava os fatores constrangedores nas missões concretas, nomeadamente agitação marítima, direção e força das correntes, salinidade e profundidade do mar, ventos ou o peso da carga. O U 38 pertencia a uma das primeiras séries em que o motor trabalhava à base de diesel em vez de petróleo. Tratando-se de uma inovação tecnológica, não é surpreendente que avariasse repetidas vezes.

Outra limitação resultava do sistema de ventilação e dos acumuladores que não permitiam uma permanência subaquática superior a cerca de seis horas, sendo essa uma das razões por que a passagem no Estreito de Gibraltar se tornava difícil. Navegando emersa, o submarino facilmente podia ser localizado por vasos de guerra inimigos e especialmente pelas baterias de artilharia costeiras dos ingleses. De acrescentar ainda que a força de propulsão do submarino mergulhado não era suficiente para possibilitar a passagem do Estreito contra a corrente do Atlântico (Valentiner, 1934: 151 sq.). Valentiner resolve o problema atravessando a zona de perigo à noite e a reboque do cargueiro norueguês *Solvang*, tomado como presa horas antes. Como militar, dedica

---

<sup>26</sup> À superfície 8790 mn a 8 nós e submerso 80 mn a 5 nós, cf. Gröner (1937: 27) e WWI U-boat Types.

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

especial atenção ao armamento: “O U 38 tinha, na sua primeira viagem, somente oito torpedos e duas metralhadoras<sup>27</sup>. As duas metralhadoras eram em vão. Na primeira parte da guerra provou-se cada vez mais que apenas o equipamento com peças de convés garantia o verdadeiro sucesso de um submarino. [...] O primeiro canhão que recebi no U 38 foi um canhão muito curto de 8,8 cm<sup>28</sup>, colocado atrás da torre de comando. Esta colocação foi desvantajosa, porque tive que mudar cada vez de rumo antes de disparar sendo obstruída a linha de fogo pela torre.” (Valentiner, 1934: 81).

Além disso, os torpedos ainda mostraram insuficiências técnicas como uma taxa de falha por volta de cinquenta por cento. O peso elevado destes limitava o transporte a seis unidades, o que exigia uma utilização bem ponderada desta arma.



**Foto 6:** Torpedo a ser carregado no S.M. U 38 – Fonte: Valentiner, 1934: 69 [Fotógrafo Segundo-tenente Wendlandt].

<sup>27</sup> Informação diferente em WWI U-boat Types e Gröner (1937: 60): 6 torpedos.

<sup>28</sup> 1916/17: canhão suplementar de 10,5 cm, (Gröner, 1937: 61).

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

Todavia, o equipamento com quatro tubos lança torpedos, dois na proa e dois na popa, trouxe importantes vantagens para o combate subaquático a curta distância.

Problemas análogos existiam na aparelhagem de TSF instalada nos submarinos. Enquanto o raio de emissão das estações alemãs terrestres de longa distância já era considerável, o equipamento de rádio instalado nos submarinos tinha propriedades muito inferiores. O mau tempo nas águas da Madeira impediu por completo o contacto bidirecional com as estações terrestres na Alemanha de modo que Valentiner (1931: 156) não sabia se a sua mensagem radiotelegráfica sobre o ataque ao porto do Funchal tinha sido captada<sup>29</sup>. Além do mais, não lhe foi possível estabelecer um contacto com os U 47 e U 52 que, ao mesmo tempo, operavam nas águas das Canárias<sup>30</sup>.

Nestas circunstâncias, Valentiner considerou as suas viagens, especialmente as de longa distância, como testes em condições reais (testes Beta) e como estímulos para desenvolver melhorias técnicas<sup>31</sup>. Por detrás do ganho de eficiência pretendido escondese, contudo, o objetivo primordial de causar danos irreparáveis às marinhas inimigas, ora às mercantes, ora às de guerra.

### **Avaliação jurídica do ataque de Valentiner**

A avaliação jurídica do ataque de Valentiner ao ancoradouro e à franja costeira do Funchal baseia-se no direito internacional do século XIX e início do século XX. Este é um *ius ad bellum* que concede a todos os estados o direito de fazer guerra. Já não se impõe os requisitos elevados estipulados na doutrina medieval do *bellum iustum*; contenta-se com a codificação dos usos de guerra como regras para a utilização dos meios de combate. Assim, o direito internacional assume o carácter de um *ius in bello*. Tendo em conta que Portugal e a Alemanha já se encontravam em estado de guerra no momento do ataque, o afundamento de vasos de guerra inimigos como o do Surprise e do Kangaroo é principalmente permitido, também em território hostil.

---

<sup>29</sup> Um cabo de aço, estendido de proa a popa, tinha a função de um defletor das redes subaquáticas destinadas a impedir os submarinos de seguirem as suas rotas. Este cabo servia ao mesmo tempo como antena.

<sup>30</sup> BArch RM 97/784, fls. 119 sq.

<sup>31</sup> Valentiner inventou entre outros um sistema de respiração rápida de modo que conseguiu acelerar consideravelmente a submersão dos submarinos (5 min. vs. 50 seg.). (Valentiner, 1934: 31).

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

Isto deriva do artigo 2 do Convénio estabelecido em Haia, em 1907, relativo ao bombardeio por meio de forças navais em tempo de guerra: “O comandante de uma força naval pode destruí-los [i.e. os vasos de guerra inimigos, *autor*] com fogo de artilharia depois de notificação e com um prazo razoável se qualquer outro meio estiver excluído.”<sup>32</sup>. Valentiner (1917: 37) considera o requisito de um aviso prévio como “[...] coação [...] [que] contradiz à natureza do submarino como arma subaquática.” Mas a concessão de um prazo pode ser renunciada a menos que “as necessidades militares requeiram ação imediata” (Marques Guedes, 1982: 91). Esta cláusula tão vaga ficava instrumentalizável pelos comandantes de submarinos. Estes entenderam como necessidade militar um ataque surpresa sendo a maneira de combate apropriada para a nova arma tão vulnerável na superfície da água devido à velocidade inferior à dos navios. Uma vez que ainda não existem costumes da guerra comparáveis aos da guerra terrestre, a norma não abrange as especificidades dos engenhos submersíveis como meios de combate. Consequentemente, a garantia do direito de Haia para a salvaguarda da vida em caso da rendição incondicional está em perigo de ser lesada, sobretudo num ataque surpresa como aquele verificado na baía do Funchal. Isto prova que a lei internacional continuava atrasada face às novas tecnologias do armamento.

No que diz respeito ao afundamento de barcaças de abastecimento, a avaliação jurídica é mais clara. Certamente são “navios inimigos” na aceção do artigo 10 da Lei das Presas alemã<sup>33</sup>, mas não são vasos de guerra. Por conseguinte, é permitido apresá-las, o que não implica o seu afundamento. Assim, não existe justificação alguma para a morte dos tripulantes civis, evidentemente desarmados<sup>34</sup>. Do ponto de vista de Valentiner (1931: 112), a morte destes é um dano colateral inevitável. “[...] Infelizmente tais acontecimentos não podem ser evitados na guerra.”

O caso mais complexo sob a perspetiva do direito internacional naval é o do afundamento do *Dacia*. Sendo originalmente um cargueiro, em 1869 o *Dacia* foi transformado num lança-cabos inglês cujo último proprietário foi uma companhia

---

<sup>32</sup> Versão original francesa: Convention (1907). Datas de entrada em vigor: Portugal 12.06.1911, Alemanha 26.01.1910.

<sup>33</sup> Reichs-Gesetzblatt [adiante RGBI] 1914: 276.

<sup>34</sup> Princípio retomado entre outros na ordem nº 34246 Ic do Guilherme II. [06.10.1916], (BArch RM8/676, fl. 38, p.3).

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

privada. Daí foi regido pelo Direito das Presas. A carga deste tipo de navio pertence ao chamado “contrabando de guerra relativo”<sup>35</sup>. Em terminologia de hoje trata-se de bens de dupla utilização (*dual use goods*). Valentiner teria tido o direito de afundar o navio só depois do apresamento, da fiscalização e da confiscação eventual, bem como do salvamento da tripulação<sup>36</sup>. Além disso, não podia invocar a disposição jurídica que permitia empregar todos os meios para quebrar a resistência contra medidas referidas na Lei das Presas, porque a tripulação do Dacia abriu fogo segundo a afirmação do próprio Valentiner (1931: 154) só depois do impacto do torpedo<sup>37</sup>. A avaliação era diferente caso Valentiner soubesse que o Dacia executava uma missão secreta – o corte dos cabos submarinos alemães e a ligação deles à rede francesa - ao serviço do governo francês<sup>38</sup>. Mas este não foi o caso.

Como provam os relatórios para a Direção-Geral da Marinha<sup>39</sup> relativos ao afundamento dos três navios, o comandante nem sequer era capaz de identificar através do periscópio os dados corretos dos navios afundados, i.e. o nome, o pavilhão ou a classificação, porque a reprodução da imagem era demasiado pequena e o alcance de visão ficava afetado pelo mar cavado. Apesar desses entraves, Valentiner tinha conscientemente criado esta situação complexa em termos do direito internacional da guerra, cujas consequências deveria ter calculado. De facto, praticou a guerra de submarinos irrestrita o que implicava o afundamento de todo o tipo de navios inimigos sem atender aos prejuízos. Esta atuação contrariava claramente as ordens do imperador Guilherme II como senhor da guerra supremo e a linha do governo<sup>40</sup>. Embora estivesse consciente das implicações políticas, Valentiner (1931: 67) chamou o procedimento segundo a Lei das Presas uma “guerra de submarinos fraca” para a qual responsabiliza

<sup>35</sup> RGBI (1914: 282 sq.), art. 23 sq.

<sup>36</sup> RGBI (1914: 297), art. 116.

<sup>37</sup> RGBI (1914: 300), *Anlage zur Prisenordnung* [Anexo à Lei das Presas] de 22 de Junho de 1914.

<sup>38</sup> “*Far the most important work accomplished by our ship, the Dacia, [...] was the diversion of the rest of the German Emden-Teneriffe cable so as to connect Brest with Casablanca [...], and the diversion of the German Teneriffe-Monrovia cable so as to connect Morocco with Senegal.*” Report of the Chairman, Major Leonard Darwin, in 56<sup>th</sup> Ordinary General Meeting of the India Rubber, Gutta Percha, and Telegraph Works Company, 18 December 1919, *The Times*, London, 19 de dezembro de 1919, [consulta 30.08.2018]. Disponível em: <https://bit.ly/2NsOURC>.

<sup>39</sup> São os documentos cronologicamente mais próximos do ataque, com datas de 3, 5 e 25 [sic!] de dezembro de 1916, in Kudryashov; Uhl (2015 sqq.), fls. 17 - 19.

<sup>40</sup> Cf. cap. “A guerra submarina no quadro político-militar alemão”.

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

em primeiro lugar o chanceler Bethmann Hollweg bem como o chefe do Gabinete da Marinha, von Müller. Significativo para o pensamento de Valentiner é a consequência que tira de uma anedota que o almirante Tirpitz, supostamente, contou em 1914 por ocasião de uma visita à armada destacada na ilha de Heligolândia: Na batalha naval de Copenhaga, Lord Nelson foi informado que o navio almirante tinha dado o sinal de retirada. Nelson reagiu pondo o seu telescópio em frente do olho cego e dizendo que não podia ver o sinal. A seguir ordenou o ataque<sup>41</sup>. O comentário de Valentiner (1934: 70 sq.): “Muitos capitães de submarinos devem-se ter orientado pela moral da história. [...] Eu, pela minha parte, seguia-a.”

Segue-se ao afundamento um confronto armado entre as fortificações funchalenses e o U 38 que, nesse momento, já se encontrava a cerca de oito quilómetros da franja costeira e fora do alcance da artilharia madeirense, enquanto os disparos do canhão de convés do submarino atingiram a cidade. Este ato fica abrangido pelo Convénio referido supra. O bombardeamento de uma cidade desarmada é proibido. Mas “Da proibição ficam excluídas as obras militares, os estabelecimentos de forças terrestres ou navais [...]”<sup>42</sup>. Considerando as más condições do mar, Valentiner sabia perfeitamente que não era capaz de visar alvos concretos a uma distância tão grande. Não obstante, aceita deliberadamente eventuais danos colaterais, o que implica uma violação do direito de Haia. Valentiner teria tido evidentemente a possibilidade de se afastar sem ripostar o fogo. O facto de não o fazer não se deve a objetivos militares mais extensos, como provam os apontamentos no diário de guerra do U 38. Segundo as memórias, trata-se de uma questão de honra de oficiais que lhe exige não se retirar da zona de combate sem luta: “Não queríamos safar-nos sem fazer grande alarido. Antes disso, os fortes deviam aprender que também podíamos resistir na luta aberta.” (Valentiner, 1917: 123).

---

<sup>41</sup> Valentiner refere-se à batalha naval, a 2 de abril de 1801, no âmbito da Guerra da Segunda Coligação. Como reação à participação de Dinamarca na Segunda Liga da Neutralidade Armada, a Marinha Real Britânica enfrentou a armada dinamarquesa ao largo da costa de Copenhaga. Ignorando a ordem de retirada do almirante Sir Hyde Parker, o vice-almirante Horatio Nelson iniciou o ataque vitorioso antes de um acordo de armistício.

<sup>42</sup> Cf. nota de rodapé nº 32.

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

### **Considerações finais**

A ampliação do horizonte para além do caso específico leva ao destaque de algumas consequências para a época pós-guerra. A fim de punir violações do direito internacional como a guerra submarina irrestrita, o Tratado de Versalhes abriu o caminho para a instauração de uma jurisdição internacional abandonando o princípio da amnistia geral para crimes de guerra, fixado no Paz de Vestefália e em vigor até à data. A prática da guerra submarina infringiu tanto as normas do direito internacional como as da Lei das Presas alemã. Face à acusação dos Aliados de que o afundamento de navios sem aviso prévio constituía um crime de guerra, a Marinha Alemã justificou o procedimento como reação ao alegado bloqueio de fome e como autodefesa contra os navios-armadilha (*Q-ships*) inimigos.

Em 1919, o Tratado de Versalhes determinou nos artigos 228–230 a extradição de criminosos de guerra alemães, mas após uma controvérsia diplomática, os aliados concordaram com a proposta alemã de entregar a execução dos respetivos processos penais à jurisdição alemã e reduziram consideravelmente o número dos indivíduos a serem acusados no Tribunal Supremo em Lípsia. Esta indulgência da parte dos vencedores explica-se, entre outros, pela interferência do almirantado britânico, querendo impedir que a guerra irrestrita de submarinos fosse qualificada como forma de combate ilegal face às normas do direito internacional.

O *Kapitänleutnant* Valentiner, constituído arguido por seis afundamentos, porém não pelos na baía do Funchal, foi absolvido de todas as acusações a 7 de abril de 1924, por ter agido na convicção de estar em plena conformidade com ordens superiores. Nas memórias dos anos trinta, Valentiner interpreta esta obediência como expressão de um apurado sentido do dever.

A admissão de atrocidades de guerra só podia surgir num determinado ambiente político-social. Na viragem do século XIX para o século XX, o nacionalismo e o militarismo marcaram profundamente atitudes e comportamentos dos intervenientes das grandes potências. Na Era Guilhermina, o nacionalismo desenvolveu tendências chauvinistas cada vez mais agressivas, sendo a burguesia a principal classe portadora desta ideologia. Valentiner cresceu num meio caracterizado por esta amálgama de patriotismo e militarismo prussiano. “A força motriz do soldado alemão foi

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

exclusivamente o amor pela sua pátria. Certamente, o alemão gosta de ser soldado.” (Valentiner, 1934: 141). Esta afirmação revela paradigmaticamente que o militarismo abrange a sociedade guilhermina na sua totalidade.

Neste ambiente social, os futuros oficiais navais eram educados para um patriotismo absoluto que lhes impunha de matar e de morrer pela pátria. Considerando este horizonte ideológico fechado e as condições da vida social hermética nas bases costeiras isoladas e nos vasos de guerra, a atuação de Valentiner torna-se explicável.

A perpetuação da mentalidade nacionalista em amplas faixas da burguesia alemã resulta da derrota na guerra, causando a frustração de todas as ambições ao estatuto de um poder colonial e a consolidação da supremacia marítima do Reino Unido. Valentiner, como a esmagadora maioria dos antigos oficiais, sentia-se traído pelo *System* de Weimar e injustamente perseguido pelo *Diktat* do Tratado de Versalhes. Essas denominações pejorativas refletem um pensamento antidemocrático que facilitou a adaptação ao estado nacional-socialista. A 1 de setembro 1934, Valentiner foi reativado pelo Ministério da *Reichswehr*,<sup>43</sup> onde dirigiu a Comissão pela Aprovação de Submarinos (*U-Boots-Abnahmekommission* [UAK]) de 1940 até ao fim da guerra.

Finalmente, a participação na guerra infligiu um golpe profundo a todos os níveis aos países retardatários como Portugal. Apesar de ter ficado ao lado dos vencedores, o arquipélago da Madeira teve que arcar com as consequências de uma situação económica agravada, entre outros, pelo êxodo forçado dos empresários alemães radicados na ilha em 1916.

---

<sup>43</sup> Alteração da denominação para *Reichskriegsministerium* a partir de março de 1935.

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

### Apêndice

**SS / CS Dacia** – **cargueiro / lança-cabos**, navio a vapor, construído em 1867 por *Laing James & Sons Ltd.*, 1856 TAB, comprimento 86,3 m, largura 10,6 m. Em 1869, foi vendido à *India Rubber, Gutta Percha and Telegraph Works Co.*, reforçado e ampliado em 12 m de comprimento para lançar cabos telegráficos no Atlântico. Ostentava pavilhão britânico. Foi afundado por torpedo a meio navio, quando estava em missão secreta para o governo francês, iniciada em 1914.

**Kanguroo** – **porta-submarinos**, servindo também como doca flutuante para a reparação de submarinos, foi construído por *Forges et Chantiers de la Gironde* em 1912, 2493 TAB, 850 cv, comprimento 93 m, largura 12 m, velocidade 10 nós, 22 tripulantes, tinha pavilhão francês, proprietário *Schneider & Cie.* e fora requisitado pela Marinha Nacional Francesa, em 1914. O afundamento foi causado por torpedo a meio navio.

**Surprise** – **canhoneira**, navio de escolta, a vapor, construído por *Chantiers et Ateliers Augustin Normand* para a Marinha Nacional Francesa em 1896, 680 TAB, 800 cv, comprimento 56 m, largura 8 m, velocidade 13 nós, 1 hélice, armamento com 10 peças, 2 de calibre 100 mm, 4 de 65 mm, e 4 de 37 mm, 100 tripulantes. Foi afundado por torpedo a meio navio, causando 33 baixas.

**S.M. U 38** – **submarino** (de Sua Majestade) com casco duplo, construído por *Friedrich Krupp Germaniawerft* para a Marinha Imperial Alemã, entrado em serviço em dezembro de 1914, comprimento 64,70 m, largura 6,32 m, 2 motores diesel com 1850 cv, motor elétrico de 1200 cv, velocidade máx. 16,4 nós (emerso), 9,7 nós (submerso), 2 hélices de 1,60 m, armamento com 6 torpedos (4 tubos lança torpedos de 50 cm), 2 peças de convés (8,8 cm UK L/30 e, desde 1916 / 1917, 10,5 cm TK L/45), 35 tripulantes. Foi demolido em julho de 1921, em Brest.

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

### **Bibliografia:**

#### **Fontes:**

ASSMANN, Kurt; SPINDLER, Arno (eds.) (1934), *Der Handelskrieg mit U-Booten 1914 - 1918*, vol. 3, *Oktober 1915 bis Januar 1917*, Berlin, E.S. Mittler & Sohn, 1934.

BETHMANN HOLLWEG, Th[eobald] von, *Betrachtungen zum Weltkrieg*, parte 2, *Während des Krieges*, Berlin, Reimar Hobbing, 1921.

BUNDESARCHIV [BArch]

- RM 8/545, *Handakte Konteradmiral a. D. Arno Spindler zur Bearbeitung des Unterseeboothandelskrieges, Feb. 1915–Aug. 1916*.

- RM 8/676, *Unterseebootsbefehle, Juni 1915–Juli 1918*.

- RM 8/1272, *"Der Admiralstab der Kaiserlichen Marine" von Admiral Bachmann mit Stellungnahme von Vizeadmiral a. D. von Trotha 1936*.

- RM 97/780, *U 38 Logbuch, 15. Nov. 1916–26. Jan. 1917*.

- RM 97/784, *U 38 Kriegstagebuch, 8. Dez. 1915 - 30. Apr. 1917*.

CONVENTION CONCERNANT LE BOMBARDEMENT PAR DES FORCES NAVALES EN TEMPS DE GUERRE. Conclue à La Haye le 18 octobre 1907, [consulta em 25.08.2018]. Disponível em: <https://bit.ly/2MDN1oY>.

DEUTSCHE KRIEGSZEITUNG (1916), "Die Ereignisse zur See", nº 51 (17. Dez.), p. 6 sq., [consulta em 25.08.2018]. Disponível em: <https://bit.ly/2LxRZya>.

GRANIER, Gerhard (ed.) (2000), *Die deutsche Seekriegsleitung im Ersten Weltkrieg - Dokumentation*, vol. 3, *Materialien aus dem Bundesarchiv 9*, Koblenz, Bundesarchiv.

GRÖNER, Erich (1937 / 2010), *Alle deutschen Kriegsschiffe von 1815 - 1936*, *Historische Schifffahrt 164*, München, Lehmanns, Reprint Bremen, Salzwasser.

GÖRLITZ, Walter; MÜLLER, Sven von (eds.) (1959), *Regierte der Kaiser? Kriegstagebücher, Aufzeichnungen und Briefe des Chefs des Marine-Kabinetts Admiral Georg Alexander von Müller; 1914 – 1918*, Göttingen, Musterschmidt.

KUDRYASHOV, Sergey; UHL, Matthias (eds.) (2015 sqq.), *Deutsche Beuteakten zum Ersten Weltkrieg im Zentralarchiv des Verteidigungsministeriums der Russischen Föderation. Russisch-deutsches Projekt zur Digitalisierung deutscher Dokumente in den Archiven der Russischen Föderation, Angaben über durch deutsche Kriegsschiffe und U-Boote versenkte oder beschädigte feindliche Schiffe*, Bestand 500, Findbuch

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

12519, Akte 319, fls. 17–19 [consulta em 25.08.2018]. Disponível em: <https://bit.ly/2ogyO2z>.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS [MNE] (1995), *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918)*, tomo I, *As Negociações Diplomáticas até à Declaração de Guerra*, Lisboa, nº 289, pp. 237–239, [consulta em 25.08.2018]. Disponível em: <https://bit.ly/2Ns3rNF>.

OBERZENSURSTELLE DES KRIEGSPRESSEAMTES (1917), *Zensurbuch für die deutsche Presse, Unterseebootkrieg*, Berlin, Reichsdruckerei, p. 76, [consulta em 25.08.2018]. Disponível em: <https://bit.ly/2NoqM2p>.

REICHS-GESETZBLATT [RGBL], *Prisenordnung*, lei nº 4428 de 30 de setembro de 1909, emitido a 3 de agosto de 1914, pp. 275–300, [consulta em 25.08.2018]. Disponível em: <https://bit.ly/2Pel5Vp>.

REPÚBLICA (1916), *O bombardeamento do Funchal é uma experiência*, ano VI, nº 2.134, 17 de dezembro, p. 1, [consulta em 25.08.2018]. Disponível em: <https://bit.ly/2wtmakq>.

TIRPITZ, Alfred von (1926), *Deutsche Ohnmachtspolitik im Weltkriege, Politische Dokumente 2*, Hamburg, Hanseatische Verlags-Anstalt.

VALENTINER, Max (1917), *300000 Tonnen versenkt! Meine U=Boots=Fahrten*, Berlin / Wien, Ullstein.

VALENTINER, Max (1931), *Der Schrecken der Meere: meine U-Boot-Abenteuer*, Zürich / Leipzig / Berlin, Amalthea.

VALENTINER, Max (1934), *U 38. Wikingerfahrten eines deutschen U-Bootes*, Berlin, Deutscher Verlag.

WWI U-boat Types, Type U 31 [consulta em 25.08.2018]. Disponível em: <https://bit.ly/2LAlcZc>.

### **Estudos:**

ABBATIELLO, John (2016), *Atlantic U-boat-campaign*, [consulta em 25.08.2018]. Disponível em: <https://bit.ly/2MZS8Pu>.

ASMUSS, Burkhard (2011), *Die Lebensmittelversorgung*, [consulta em 25.08.2018]. Disponível em: <https://bit.ly/2oeFLB4>.

Mathias Saecker - O ataque do U 38 ao ancoradouro e à cidade do Funchal (1916) no quadro da guerra submarina alemã - História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 8, nº 2. 2018. 9-37. DOI: 10.21747/0871164X/hist8\_2a2

CASTRO BRANDÃO, Miguel (2015), “A Atividade Marítima Alemã durante a Primeira Guerra Mundial (1914–1918) na costa Portuguesa” in Gaspar Martins Pereira *et al.* (coords.), *A Grande Guerra (1914–1918): problemáticas e representações*, Porto, CITCEM, pp. 27–56, [consulta em 25.08.2018]. Disponível em: <https://bit.ly/2y704FX>.

FRIEDEWALD, Michael (2001), “Telefunken und der deutsche Schiffsfunk 1903–1914”, *Zeitschrift für Unternehmensgeschichte*, vol. 46:1, pp. 27–59, [consulta em 25.08.2018]. Disponível em: <https://bit.ly/2NrkiA2>.

HANKEL, Gerd (2003), *Die Leipziger Prozesse. Deutsche Kriegsverbrechen und ihre strafrechtliche Verfolgung nach dem Ersten Weltkrieg*, Hamburg, Hamburger Edition.

HUBATSCH, Walther (1958), *Der Admiralstab und die obersten Marinebehörden in Deutschland. 1848–1945*, Frankfurt/Main, Bernard & Graefe.

MARQUES GUEDES, Armando (1982), “A Guerra Naval e o Direito”, *Nação e Defesa*, nº 24, pp. 68–119, [consulta em 25.08.2018]. Disponível em: <https://bit.ly/2BVOvG7>.

RODRIGUES, Paulo Miguel (2014), “A Ilha da Madeira durante a Grande Guerra (1914-1918): Tópicos de Política e Defesa”, *Nação e Defesa*, nº 139, pp. 64–83, [consulta em 25.08.2018]. Disponível em: <https://bit.ly/2wpgnMO>.

VIEIRA, Alberto (2016), “blandy, família”, *aprender madeira*, [consulta em 25.08.2018]. Disponível em: <https://bit.ly/2Ruhsvx>.